



LEI N. 2.252/PMC/07

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ABONO DE EXCEDENTE DO FUNDEB AOS PROFESSORES MUNICIPAIS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 44, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder abono decorrente de excedente do FUNDEB aos professores efetivos do quadro do município de Cacoal no efetivo exercício da docência, no mês de dezembro/2007.

§ 1º Considerando que o rendimento de aplicação do FUNDEB, no mês de dezembro, poderá sofrer variação, fica desde já autorizada, no limite de até 60% (sessenta por cento).

§ 2º O abono de que trata o "caput" deste artigo será rateado entre os professores lotados no FUNDEB, proporcionalmente ao tempo de serviço no efetivo exercício da docência no FUNDEB, levando-se em consideração que, para receber de forma integral, deverá ter, no mínimo, um ano de serviço.

§ 3º De acordo com o art. 22 da Lei nº 11.494/2007, são considerados profissionais do magistério aqueles que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

§ 4º Após a conclusão do processo de pagamento de abono, fica o Município obrigado a fornecer relação nominal e valor recebido pelos beneficiados, à Câmara Municipal, para o devido acompanhamento.

Art 2º Para que possam ser remunerados com recursos do FUNDEB esses profissionais deverão atuar na educação básica pública, no respectivo âmbito de atuação prioritária do Município, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cacoal-RO, 20 de dezembro de 2007.

SUELI ARAGÃO  
Prefeita Municipal

ANDRÉ BONIFÁCIO RAGNINI  
Advogado do Município – OAB/RO -1.119